

STF se prepara para julgar recurso contra anulação da revisão da vida toda do INSS

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar, entre esta sexta-feira (23) e 30 de agosto, o recurso que questiona a decisão que anulou a revisão da vida toda do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A análise será feita em plenário virtual e pode definir o futuro de milhares de aposentados que esperavam por essa revisão para recalcular seus benefícios.

Reviravolta no caso da revisão da vida toda

Em março de 2024, o STF, por sete votos a quatro, decidiu pela anulação da revisão da vida toda. Essa decisão veio após o reconhecimento de um trecho da Lei de Benefícios da Previdência Social, que estabelece uma regra de transição para o cálculo das aposentadorias. Essa reviravolta reverteu uma decisão anterior, de 2022, quando o próprio Supremo havia dado sinal verde para que os segurados do INSS recalculassem seus benefícios considerando todas as contribuições feitas ao longo da vida, e não apenas aquelas realizadas após 1994, quando o Plano Real foi instituído.

A revisão da vida toda oferecia aos segurados a opção de escolher a regra mais vantajosa para o cálculo de sua aposentadoria. Isso incluía tanto a regra de transição, que considera apenas os salários após 1994, quanto a regra geral, que contabiliza todas as contribuições feitas ao longo da vida laboral.

Impacto da decisão na vida dos aposentados

A decisão de março afeta diretamente cerca de 102.791 aposentados que atualmente têm processos em andamento na Justiça, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Esses segurados entraram com ações judiciais para garantir o direito à revisão da vida toda, na expectativa de aumentar o valor de seus benefícios com base em suas contribuições anteriores a 1994.

A medida, no entanto, é válida apenas para quem se aposentou nos últimos dez anos e que entrou com o pedido de aposentadoria antes da reforma da Previdência de 2019. A anulação da revisão trouxe incertezas para esses aposentados, que

agora dependem do julgamento do recurso para saber se terão ou não direito ao recálculo de seus benefícios.

O papel do Iprevid no recurso ao STF

O Instituto de Estudos Previdenciários (Iprevid) apresentou um recurso ao STF buscando o esclarecimento de pontos da decisão de março de 2024. Além disso, o Iprevid pretende garantir que as ações judiciais já decididas pelo próprio Supremo sejam mantidas, garantindo a segurança jurídica para os segurados que tiveram decisões favoráveis.

O advogado João Badari, especialista em direito previdenciário, explica que os ministros do STF irão analisar o recurso contra a decisão que derrubou a possibilidade de pedido de correção. Esse recurso se baseia nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 2.110 e 2.111, de 1999, que questionam a constitucionalidade da aplicação da regra de transição nos cálculos das aposentadorias.

O custo da revisão da vida toda

Um dos pontos centrais do debate é o impacto financeiro da revisão da vida toda. De acordo com o processo, o custo para o INSS em relação aos 102 mil segurados que entraram com ações seria de R\$ 3,1 bilhões ao longo de dez anos. Esse valor é significativamente menor do que os R\$ 480 bilhões estimados pelo governo federal, com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), caso a revisão fosse aplicada a todos os segurados.

Mudanças na forma de calcular a aposentadoria ao longo dos anos

A forma de cálculo das aposentadorias pelo INSS passou por mudanças significativas ao longo do tempo. Em 1999, o Congresso Nacional alterou a fórmula de apuração dos salários para o cálculo dos benefícios. Até então, a média dos 36 últimos salários de contribuição era utilizada. Com a reforma, foram introduzidas duas novas fórmulas:

Regra transitória: Aplicável aos segurados que já contribuía antes da reforma, desconsiderava as contribuições feitas antes de 1994.

Regra definitiva: Aplicável aos novos contribuintes, considerando todas as contribuições desde o início.

Em ambos os casos, a média salarial passou a ser calculada sobre 80% das maiores contribuições. A principal diferença entre as regras era o marco temporal, que determinava quais contribuições seriam consideradas no cálculo.

Linha do tempo da revisão da vida toda

Dezembro de 2022: O STF decide a favor da tese da revisão da vida toda, permitindo que os segurados escolham a regra mais vantajosa para o cálculo da aposentadoria. A decisão foi apertada, com placar de 6 a 5.

Fevereiro de 2023: O INSS solicita ao STF a suspensão de todos os processos relacionados à revisão, até que a questão seja definitivamente julgada.

Abril de 2023: O STF publica o acórdão da revisão da vida toda, assegurando a correção dos benefícios para os segurados que entrarem com ações judiciais.

Maio de 2023: A Advocacia-Geral da União (AGU) recorre da decisão do STF, buscando maior clareza e segurança jurídica nos pagamentos.

Julho de 2023: O ministro Alexandre de Moraes suspende o andamento de todos os processos relacionados ao tema até a publicação da ata de julgamento dos embargos de declaração.

Março de 2024: O STF, por maioria, derruba a revisão da vida toda, considerando válida a regra de transição estabelecida na Lei de Benefícios da Previdência Social.

Maio de 2024: O Iprevid recorre ao STF, questionando a decisão e buscando o reconhecimento dos direitos dos segurados que ingressaram com ações até a data da publicação do acórdão.

O futuro da revisão da vida toda

O julgamento do recurso pelo STF pode trazer uma definição final para a revisão da vida toda, colocando um ponto final na insegurança jurídica que paira sobre milhares de aposentados. A decisão terá um impacto significativo, tanto do ponto de vista financeiro quanto social, influenciando diretamente a vida de muitos brasileiros que dependem desse benefício.

<https://www.mixvale.com.br/2024/08/22/stf-se-prepara-para-julgar-recurso-contr-anulacao-da-revisao-da-vida-toda-do-inss/>

Veículo: Online -> Portal -> Portal Mix Vale